

Vale Manganês S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Vale Manganês S.A.
Simões Filho - BA

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Vale Manganês S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Manganês S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Vale S.A.. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

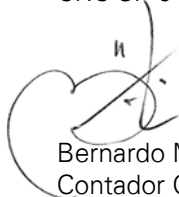
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Vale Manganês S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	104.883	142.412	Fornecedores e empreiteiros			
Contas a receber de clientes	6	37.118	120.470	Partes relacionadas	10	9.447	24.541
Estoques	7	184.839	158.948	Terceiros		23.080	38.718
Tributos a recuperar	8	76.785	68.776	Dividendos a pagar	10	-	27.233
Adiantamentos a fornecedores		191	944	Salários e encargos a pagar		5.797	14.859
Outros ativos		18.579	5.686	Tributos a pagar	14	14.074	8.286
				Provisão para passivos ambientais	16	14.035	15.681
				Outros passivos		197	1.398
		<u>422.395</u>	<u>497.236</u>			<u>66.630</u>	<u>130.716</u>
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	8	1.611	1.390	Provisão para contingências	11	63.089	64.398
Depósitos em garantia	9	11.493	10.644	Provisão para fechamento de minas	15	19.517	43.734
Tributos diferidos	13	99.930	76.661	Provisão para passivos ambientais	16	52.547	53.079
Depósitos judiciais	11	50.946	49.142			135.153	161.211
Outros ativos		5.503	5.195				
		<u>169.483</u>	<u>143.032</u>				
Imobilizado				Patrimônio líquido	17		
	12	<u>232.029</u>	<u>294.170</u>	Capital social		546.385	546.385
				Reservas de capital		6.274	6.274
		<u>401.512</u>	<u>437.202</u>	Reservas de lucros		117.086	89.852
				Prejuízo acumulado		(47.621)	-
						<u>622.124</u>	<u>642.511</u>
Total do ativo		<u>823.907</u>	<u>934.438</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>823.907</u>	<u>934.438</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Manganês S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto (prejuízo) lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita líquida de venda de produtos		213.658	414.508
Custos de produtos vendidos	18(a)	<u>(205.649)</u>	<u>(381.858)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>8.009</u>	<u>32.650</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	18(b)	(15.012)	(25.912)
Despesas gerais e administrativas	18(c)	(13.121)	(16.487)
Outras receitas (despesas) operacionais	18(d)	<u>(59.984)</u>	<u>169.477</u>
		<u>(88.117)</u>	<u>127.078</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(80.108)</u>	<u>159.728</u>
Resultado financeiro			
Receita financeira	19(a)	28.538	22.722
Despesa financeira	19(b)	<u>(17.225)</u>	<u>(18.403)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>11.313</u>	<u>4.319</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(68.795)</u>	<u>164.047</u>
Imposto de renda e contribuição social	13(b)	<u>21.174</u>	<u>(49.384)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(47.621)</u>	<u>114.663</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social - Básico e diluído - Em Reais		<u>(1,01)</u>	<u>2,44</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Manganês S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(47.621)	114.663
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(47.621)</u>	<u>114.663</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Manganês S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucro/prejuízo acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>legal</u>	<u>Incentivos fiscais</u>		
Em 1º janeiro de 2014	546.385	6.274	2.422	-	-	555.081
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	114.663	114.663
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	5.733	-	(5.733)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(27.233)	(27.233)
Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	81.697	(81.697)	-
Em 31 de dezembro de 2014	<u>546.385</u>	<u>6.274</u>	<u>8.155</u>	<u>81.697</u>	<u>-</u>	<u>642.511</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014 revertidos conforme (AGO de 22/10/2015)	-	-	-	27.233	-	27.233
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(47.621)	(47.621)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>546.385</u>	<u>6.274</u>	<u>8.155</u>	<u>108.930</u>	<u>(47.621)</u>	<u>622.123</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Manganês S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(68.795)	164.047
Ajustes:		
Depreciação, exaustão e amortização	43.577	37.695
Prejuízo (ganho) na alienação de ativo imobilizado	2.012	2.151
Provisão (reversão) para perda do estoque	1.385	6.987
Provisão (reversão) para perda de passivos ambientais	(532)	13.832
Provisão (reversão) para contingências	(4.770)	6.858
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	2.687	6.344
	<u>(24.436)</u>	<u>237.914</u>
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber - terceiros	85.022	(40.110)
Estoques	(26.710)	(29.751)
Tributos a recuperar	(6.416)	(30.500)
Depósitos judiciais	(718)	(3.422)
Outros ativos	(10.708)	4.566
Fornecedores e empreiteiros - terceiros	(15.643)	2.788
Fornecedores e empreiteiros - partes relacionadas	(15.094)	(30.112)
Salários e encargos sociais	(9.062)	(4.741)
Tributos a pagar	3.692	(25.346)
Baixa de provisão para contingências	(3.374)	(890)
Provisão passivos ambientais	(1.646)	(16.454)
Provisão para desmobilização de minas	(3.174)	
Outros passivos	(1.201)	(4.141)
	<u>(29.468)</u>	<u>59.801</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(29.468)</u>	<u>59.801</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.061)	(31.637)
	<u>(8.061)</u>	<u>(31.637)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(8.061)</u>	<u>(31.637)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	(37.529)	28.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>142.412</u>	<u>114.248</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>104.883</u>	<u>142.412</u>
Transações que não afetaram caixa		
Provisão para Obrigação para fechamento de mina	24.613	(23.766)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Manganês S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas		
Receita bruta	273.937	526.059
Receita da alienação de ativo imobilizado	1.304	729
Outras receitas	12.103	277.862
	<u>287.344</u>	<u>804.650</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Óleo combustível, insumos e materiais	(69.318)	(130.662)
Serviços contratados	(24.733)	(64.228)
Energia elétrica	(33.175)	(24.277)
Aquisição de produtos	(19.064)	(37.544)
Outros custos	(32.686)	(6.488)
Despesas comerciais, gerais, administrativas e outras despesas	(63.905)	(104.966)
	<u>(242.881)</u>	<u>(368.165)</u>
Valor adicionado bruto produzido pela Sociedade	<u>44.463</u>	<u>436.485</u>
Depreciação, exaustão e amortização	<u>(43.577)</u>	<u>(37.695)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	<u>886</u>	<u>398.790</u>
Valor recebido em transferência		
Receita financeira	21.100	13.480
Variações cambiais e monetárias de ativos	7.438	9.242
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.268	-
	<u>51.806</u>	<u>22.722</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>52.692</u>	<u>421.512</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	<u>18.771</u>	<u>99.764</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>70.949</u>	<u>189.812</u>
Remuneração de capital de terceiros	<u>10.593</u>	<u>17.273</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	-	27.233
Lucros (prejuízos) retidos	<u>(47.621)</u>	<u>87.430</u>
Valor adicionado distribuído	<u>52.692</u>	<u>421.512</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Vale Manganês S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, com sede em Simões Filho, Bahia, Brasil. Foi constituída em 1963 pela Vale S.A. ("Vale"), sua controladora, tendo por objetivo social a siderurgia e a metalurgia, a indústria e o comércio de ferro ligas, a exploração, por conta própria ou regime de associação com outras empresas, de jazidas minerais, incluindo pesquisas, lavra, beneficiamento e transporte, o comércio, a importação e exportação de substâncias minerais, o reflorestamento e atividades correlatas, podendo ainda participar do capital de outras sociedades, como acionista ou quotista.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de junho de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos e passivos financeiros como mensurados a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e mensurados ao custo amortizado. A classificação é realizada no reconhecimento inicial e depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado.

São incluídos como ativos e passivos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos e passivos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e compreendem “Contas a receber de clientes”, “Depósitos judiciais” e “Caixa e equivalente de caixa” e “Depósitos em garantia”.

Os passivos mensurados ao custo amortizado são os passivos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis com vencimentos definidos, e que não foram classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e compreendem “Fornecedores e empreiteiros” e “Dividendos a pagar”.

2.4 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de impairment.

Para os ativos não financeiros de longa duração (imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de impairment para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Sociedade determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: reservas e recursos minerais calculados por especialistas internos; custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados; e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são baseados na vida útil de cada unidade (consumo das reservas no caso das unidades minerais) e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Os ativos não circulantes os quais a Sociedade reconheceu impairment, são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o impairment não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de impairment será reconhecida. Durante a revisão do impairment em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade avaliou que não ocorreram eventos ou alterações de circunstância relevantes para que fosse realizada a reversão do impairment.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo valor da contra prestação da venda de produtos e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.6 Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o valor de realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perda de estoques obsoletos, de baixa movimentação ou com valor de cotação de mercado inferior a posição do custo de aquisição ou produção.

A alocação dos custos incorridos de produção é feita considerando o nível normal médio de produção da Sociedade. A alocação dos custos fixos de produção não é aumentada quando a produção é baixa ou mesmo ociosa, sendo os custos de ociosidade diretamente registrados no resultado do exercício sob a rubrica “outras despesas operacionais”.

2.7 Imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Os demais ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Instalações e sistemas operacionais	10
Imóveis	25 a 30
Equipamentos	5 a 10
Minas e jazidas	Produção
Outros	3 a 5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

2.8 Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

i. Provisão para contingências

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Sociedade. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

ii. Provisão para contingências

A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e a depreciação mensurada na mesma base dos bens a que se refere e reconhecida no resultado do exercício.

O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo livre de risco aplicável ao passivo e registrado contra o resultado do exercício, como despesa financeira e é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários.

iii. Provisão para passivos ambientais

A Sociedade reconhece as obrigações para revitalização e recuperação de pilhas e barragens localizadas, baseada em estudos realizados por empresa especializada.

2.10 Tributos correntes e diferidos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado.

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no montante em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto.

2.12 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13 Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Sociedade ao final do exercício com base no estatuto social da empresa que prevê o dividendo mínimo de 25%. O saldo remanescente terá a destinação que for decidida pela Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta de Diretoria.

2.14 Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

A Sociedade pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementada no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

IFRS 9 Financial instruments - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 - Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contrato de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1 de janeiro de 2018 e a Sociedade não espera impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

IFRS 15 Revenue from contracts with customers - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a Sociedade espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Sociedade está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

IFRS 16 Leases - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 - Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Sociedade não espera impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Sociedade. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Sociedade na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

Tributos diferidos sobre o lucro

A Sociedade reconhece o efeito do tributo diferido de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporária em suas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

A determinação do reconhecimento para os tributos diferidos sobre o lucro, ativo e passivo, requer a utilização de estimativas. Para cada crédito fiscal futuro, a Sociedade avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Sociedade, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

Desmobilização de ativos

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

Vida útil dos ativos

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Impairment

A Sociedade testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de impairment) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

Provisões para contingências

As provisões para contingências são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

i. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha e contas a receber em aberto. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

ii. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na entidade operacional da Sociedade e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Risco de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2015 de 100,53% (99,86% em 2014). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	596	626
Aplicações financeiras	<u>104.287</u>	<u>141.786</u>
	<u>104.883</u>	<u>142.412</u>

6 Contas a receber de clientes

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Denominados em reais	32.857	108.890
Denominados em outras moedas	<u>4.261</u>	<u>11.580</u>
	<u>37.118</u>	<u>120.470</u>

Os valores a receber de clientes vencidos e a vencer estão demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer em até 30 dias	9.381	45.215
A vencer entre 31 e 60 dias	22.294	69.949
A vencer entre 61 e 90 dias	<u>5</u>	<u>58</u>
	<u>31.680</u>	<u>115.222</u>
Vencidos a mais de 30 dias	<u>5.438</u>	<u>5.248</u>
	<u>37.118</u>	<u>120.470</u>

7 Estoques

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Produtos acabados - ferro ligas e minério de ferro	101.328	100.105
Produtos em elaboração	48.646	18.267
Matérias-primas	22.255	29.057
Outros	13.930	14.224
Perdas estimadas de realização	<u>(1.320)</u>	<u>(2.705)</u>
	<u>184.839</u>	<u>158.948</u>

8 Tributos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	82.721	64.163
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10.922	5.641
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	17	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	17.590	30.925
Programa de Integração Social - PIS	4.480	6.728
Outros	285	328
Provisão para perda de créditos de ICMS (i)	<u>(37.619)</u>	<u>(37.619)</u>
	<u>78.396</u>	<u>70.166</u>
Circulante	76.785	68.776
Não circulante	<u>1.611</u>	<u>1.390</u>
	<u>78.396</u>	<u>70.166</u>

(i) Refere-se ao ICMS de operações de uma mina fechada no Estado do Maranhão. A Sociedade ainda discute com o Estado a recuperabilidade dessa provisão.

9 Depósitos em garantias

Refere-se ao depósito em garantia no montante de R\$ 11.493 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 10.644 em 2014) efetuado junto ao banco HSBC em 20 de maio de 2008, relativo a 15% do valor total da venda de imóveis e ativos florestais para a Florestal Araguari Reflorestamento Ltda. Foi acordado que esse depósito será liberado após o cumprimento das condições suspensivas, estabelecidas no acordo celebrado pela vendedora Vale Manganês S.A. e a compradora Florestal Araguari Reflorestamento Ltda.

10 Transações com partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	2015	2014
Passivo		
Fornecedores e empreiteiros:		
Vale S.A.	9.033	16.778
Vale Energia S.A.	72	7.154
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	11	218
Outros	331	391
Dividendos a pagar		
Vale S.A.	-	27.233
	9.447	51.774
	2015	2014
Custo de produtos vendidos		
Vale S.A.	18.469	32.143
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	595	5.401
Vale Energia S.A.	2.523	21.329
	21.587	58.873

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Sociedade.

A remuneração do pessoal-chave da Administração foi paga integralmente pelo acionista Vale S.A.

11 Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Sociedade é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Sociedade, amparada pela opinião de consultores legais. As variações dos processos judiciais são as seguintes:

	2015	Atualização	Juros	Adições (baixas)	2014
Tributárias	14.516	1.900	(141)	(3.786)	16.543
Trabalhistas (i)	35.028	528	3.482	(882)	31.900
Cíveis	13.545	639	425	(3.474)	15.955
	63.089	3.067	3.766	(8.142)	64.398

ii. *Trabalhistas*

Consistem em processos realizados por empregados e prestadores de serviços, referentes à relação empregatícia. As ações relevantes referem-se a pagamento de horas extras, horas “intinere”, adicional de periculosidade e insalubridade. As contingências do Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”) referem-se a discussões judiciais e administrativas entre o INSS e a Vale devido a incidência ou não dos encargos previdenciários.

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas. As variações dos depósitos judiciais são as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>Atualização e juros</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>2014</u>
Tributárias	14.634	79	-	14.556
Trabalhistas e outros	31.937	1.695	4.000	26.242
Cíveis	<u>4.375</u>	<u>(689)</u>	<u>(3.281)</u>	<u>8.344</u>
	<u>50.946</u>	<u>1.085</u>	<u>719</u>	<u>49.142</u>

A Sociedade também é ré em processos cuja expectativa da Administração, com o suporte técnico dos consultores jurídicos, é de perda possível, não provisionado face à incerteza da realização de tal perda.

Contingencias possíveis	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tributárias (i)	142.726	159.306
Cíveis	82.535	69.534
Trabalhistas e previdenciários	35.897	33.512
Ambientais	<u>1.104</u>	<u>841</u>
	<u>262.262</u>	<u>263.193</u>

As principais contingências possíveis oriundas de processos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontram-se descritas abaixo:

i. Tributárias

As causas tributárias mais significativas referem-se a contestações das autoridades tributárias do governo brasileiro sobre disponibilização de informações do SPED contábil de 2009, compensações de Imposto de Produtos Industrializados (“IPI”) e exigências das autoridades dos governos estaduais para pagamentos adicionais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”).

12 Imobilizado

As imobilizações em construção em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão relacionadas com a modernização de equipamentos de mineração e das instalações de tratamento de minério e melhorias no transporte e na estocagem de minério.

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está sumarizada da seguinte forma:

	Terrenos	Imóveis	Instalações e sistemas operacionais	Equipamentos	Minas e Jazidas	Outros	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2014									
Saldo inicial	4.531	93.366	50.197	46.795	19.964	9.233	224.086	54.527	278.613
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	31.637	31.637
Baixa	(59)	(1.595)	(51)	(388)	-	(58)	(2.151)	-	(2.151)
Transferência	-	3.317	6.835	27.009	481	9.505	47.147	(47.147)	-
Provisão para fechamento de minas	-	-	-	-	23.766	-	23.766	-	23.766
Depreciação	-	(8.282)	(4.687)	(18.156)	(571)	(5.999)	(37.695)	-	(37.695)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.472	86.806	52.294	55.260	43.640	12.681	255.153	39.017	294.170
Custo total	4.472	180.001	124.951	337.509	83.983	58.984	789.900	39.017	828.917
Depreciação acumulada	-	(93.195)	(72.657)	(183.812)	(28.732)	(46.303)	(424.699)	-	(424.699)
Impairment	-	-	-	(98.437)	(11.611)	-	(110.048)	-	(110.048)
Saldo contábil, líquido	4.472	86.806	52.294	55.260	43.640	12.681	255.153	39.017	294.170
Saldos em 31 de dezembro de 2014									
Saldo inicial	4.472	86.806	52.294	55.260	43.640	12.681	255.153	39.017	294.170
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	8.061	8.061
Baixa	-	(9.757)	(12.203)	(1.938)	22.692	(806)	(2.012)	-	(2.012)
Transferência	-	36	25.446	21.918	(22.390)	3.011	28.021	(28.021)	-
Provisão para fechamento de minas	-	-	-	-	(24.613)	-	(24.613)	-	(24.613)
Depreciação	-	(7.033)	(4.811)	(18.313)	(9.536)	(3.884)	(43.577)	-	(43.577)
Saldo final	4.472	70.052	60.726	56.927	9.793	11.002	212.972	19.057	232.029
Custo total	4.472	145.268	145.463	341.712	58.735	59.781	755.431	19.057	774.488
Depreciação acumulada	-	(75.216)	(84.736)	(192.788)	(37.331)	(48.779)	(438.850)	-	(438.850)
Impairment	-	-	-	(91.998)	(11.611)	-	(103.609)	-	(103.609)
Saldo contábil, líquido	4.472	70.052	60.727	56.926	9.793	11.002	212.972	19.057	232.029

13 Tributos sobre o lucro

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade apresenta em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social a serem compensadas com lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Ativo tributário diferido		
Diferenças temporárias:		
Perdas por deterioração de ativo imobilizado	31.525	33.507
Provisão para processos judiciais	16.515	14.181
Provisão para passivo ambiental	17.866	18.047
Provisão para fechamento de minas	4.408	1.068
Perdas estimadas para estoque e almoxarifado	240	920
IR CS sobre resultado fiscal	24.088	-
Outros	5.288	8.938
	99.930	76.661

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b. Conciliação das despesas do IRPJ e da CSLL no resultado

A conciliação entre o total das despesas de imposto de renda e contribuição social apurado conforme alíquota efetiva e o total registrado no resultado do exercício podem ser resumidos da seguinte forma:

	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(68.795)	164.047
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	23.390	(55.776)
Diferenças permanentes		
Perda de inventário	(32)	(168)
Perda de créditos tributários	(2.376)	(1.729)
Incentivos fiscais	-	1.648
Compensação de prejuízos fiscais	-	9.631
Custo na baixa de imobilizado	(658)	(732)
Provisão para perda de estoques	(1.133)	(1.108)
Reapuração de imposto de renda e contribuição social ano anterior	2.096	-
Multas não dedutíveis	(159)	(3)
Outros	46	(1.147)
	21.174	(49.384)
Corrente	(2.096)	(32.090)
Diferido	23.270	(17.294)
	21.174	(49.384)

14 Tributos a pagar

	2015	2014
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	5.459
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	907	1.936
ICMS a recolher	12.242	-
Outros	925	891
	14.074	8.286

15 Provisão para fechamento de minas

A Sociedade utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações da descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações.

As taxas de juros de longo prazo (ao ano, utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão) para 31 de dezembro de 2015 foi de 7,28% (5,51% em 2014). O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido do índice de inflação ("IGP-M") do período.

A movimentação da provisão para fechamento de minas está demonstrada como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	43.734	18.103
Adição	-	23.766
Baixa (i)	(25.555)	-
Juros	(1.079)	1.074
Outras despesas Operacionais	(2.232)	-
Variação monetária	4.649	791
Saldo no final do exercício	19.517	43.734

- (i) No exercício de 2015, por conta de revisões dos custos de desmobilização de minas e modificações nas taxas de desconto, houve redução da obrigação para desmobilização de ativos.

16 Provisão para passivos ambientais

A movimentação da provisão para passivos ambientais demonstrada como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	68.780	71.382
Baixa (Pagamentos)	(2.178)	(2.622)
Saldo no final do exercício	66.582	68.760

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$ 546.385 e está composto conforme abaixo:

	Quantidade de ações
Ações ordinárias	26.857.999
Preferenciais	20.195.704
	47.053.703

b. Reservas de lucros

- **Reserva legal** - Constituída do lucro líquido do exercício, sendo, 5% aplicados na sua constituição, limitada, a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

- **Reserva incentivos fiscais** - Conforme Laudo Constitutivo nº 0228/2008, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a reserva de incentivos fiscais teve sua formação em decorrência de benefício fiscal nos 10 primeiros anos de exploração da mina de Simões Filho, com início no ano-calendário de 2008 e término do prazo no ano calendário de 2017, quando excluiu da base de cálculo para o imposto de renda, 75% de lucro da exploração. Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de eventuais prejuízos. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$ 108.930 refere-se à recomposição da reserva de incentivos fiscais utilizada para absorver prejuízo em 2013.

c. Distribuição de dividendos

	2015	2014
Origens		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(47.621)	114.663
	(47.621)	114.663
Destinações		
Reserva legal	-	5.733
Dividendos mínimos obrigatórios	-	27.233
Reserva de incentivos fiscais	-	81.697
	-	114.663

18 Custos e despesas por natureza

a. Custos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(12.234)	(95.108)
Insumos	(55.061)	(92.625)
Materiais consumidos na manutenção	(8.149)	(13.453)
Outros Materiais	(6.108)	(21.283)
Aquisições de produtos	(19.064)	(37.544)
Serviços contratados	(41.852)	(60.556)
Energia elétrica	(33.175)	(24.277)
Depreciação e exaustão	(14.439)	(24.865)
Outros	(15.567)	(12.147)
	<u>(205.649)</u>	<u>(381.858)</u>

b. Despesas comerciais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Frete sobre vendas	(13.806)	(23.483)
Outros	(1.206)	(2.429)
	<u>(15.012)</u>	<u>(25.912)</u>

c. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(6.537)	(4.656)
Benefícios	(1.365)	(3.032)
Depreciação	(1.136)	(3.450)
Serviços contratados	(2.928)	(3.277)
Outros	(1.155)	(2.072)
	<u>(13.121)</u>	<u>(16.487)</u>

d. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(1.236)	(26.146)
Provisão para contingências	4.770	(6.858)
Capacidade ociosa (i)	(86.031)	(61.791)
Provisão para recuperação de mina (Talude)	-	(14.301)
Créditos de PIS e COFINS	-	50.819
Venda de energia (ii)	-	222.674
Outros	22.513	5.080
	<u>(59.984)</u>	<u>169.477</u>

(i) Os gastos com capacidade ociosa referem-se substancialmente aos gastos para conservação, manutenção e outros gastos fixos relacionados à unidade da planta I, localizada de complexo industrial de Simões Filho.

(ii) Liquidação de energia não utilizada

19 Resultado financeiro

a. Receitas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicação financeira	21.100	13.480
Variações monetárias e cambias	<u>7.438</u>	<u>9.242</u>
	<u>28.538</u>	<u>22.722</u>

b. Despesas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros sobre contingências	(3.766)	(9.475)
Juros sobre fechamento de mina	1.079	(1.074)
Variações monetárias e cambias	(7.093)	(5.039)
Juros e multas	(5.670)	(1.147)
Outros	<u>(1.775)</u>	<u>(1.668)</u>
	<u>(17.225)</u>	<u>(18.403)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>11.313</u>	<u>4.319</u>

* * *

Diretoria

Charles Ferreira de Rezende
Diretor-Superintendente

Nelson Jannotti Júnior
Diretor de Operações Brasil

Adirlei Pinto de Oliveira
Diretor Comercial

Romário Távora Britto
Diretor de Gestão Econômica

Responsáveis Técnicos

Bruno Mendes de Moraes
Gerente de Contabilidade Subsidiárias Brasil

Maria das Graças B. S. Teixeira
Contadora - CRC-BA 018361/O-0